

# Argentina pode seguir exemplo do Brasil

## Governo busca acordo e estuda prioridades

Aylé Salasit

O governo vai iniciar a partir desta semana uma intensa atividade política e diplomática, envolvendo importantes negociações: duas na área econômica — uma externa e outra interna — e outras duas, internamente, na área política.

Na área econômica serão reiniciados os entendimentos com os credores externos, visando a renegociação global — e não parcial — da dívida externa brasileira, sob condições fixadas pelo Brasil, e não mais pelos bancos estrangeiros, nossos credores.

Pretende também o governo dar as cartas numa negociação ampla com o setor empresarial brasileiro para fixação de uma política de prioridade de investimentos, capaz de manter as taxas de crescimento econômico num patamar suficientemente dinâmico para sustentar a expansão da produção e da oferta de emprego.

O poder de barganha governamental está nos recolhimentos fiscais instituídos na segunda metade do ano passado, que rapidamente vêm consolidando a posição de caixa do novo Fundo Nacional do Desenvolvimento (FND). No período de um ano, contado a partir de agosto de 1986, o Fundo teria uma disponibilidade de recursos da ordem de Cz\$ 120 bilhões para investimentos em projetos e obras básicas de sustentação da política de

crescimento. A esse montante devem ser acrescidos mais Cz\$ 70 a 80 bilhões do orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Esses recursos beneficiariam o setor siderúrgico, nas suas várias etapas, com Cz\$ 30 bilhões; o elétrico, com mais Cz\$ 30 bilhões; o agrícola (que terá recursos da ordem de Cz\$ 180 bilhões para custeio da próxima safra), com mais Cz\$ 20 bilhões; e cerca de Cz\$ 6,5 bilhões para um programa de construção de armazéns e silos nas áreas estratégicas da produção. Haverá uma disponibilidade mensal de recursos, fluindo do governo, da ordem de, no mínimo, Cz\$ 5 bilhões mensais, somente para investimentos novos, a custos relativamente favoráveis.

Esse volume de investimentos governamentais deverá puxar contrapartidas do setor industrial e agrícola para a consolidação de determinados segmentos produtivos estimulando não apenas aplicações novas da área privada, mas também atraindo inversões externas, que poderão vir até mesmo sob a forma de transformação em investimento, saldos da dívida dos credores externos, a partir de agora depositados em cruzados no Banco Central.

Serão, portanto, duas negociações exaustivas, das quais o governo espera, entretanto, respostas rápidas para evitar que o país caia numa recessão.

## Viagem depende de contatos

José Coury Neto

Obter dinheiro novo ou conseguir junto aos bancos credores internacionais a redução do pagamento dos juros externos ao seu percentual real. Estas são as duas alternativas a serem conduzidas pelo governo brasileiro durante a renegociação da dívida externa. A viagem do ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, a Washington, provavelmente no Carnaval, está agora condicionada aos contatos que já estão sendo mantidos e às repercussões a nível internacional sobre a suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida.

Com a perspectiva de fechar o ano com um saldo comercial de US\$ 8 bilhões, o Brasil precisaria ainda de US\$ 4 a US\$ 5 bilhões para honrar seus compromissos que deverão atingir a US\$ 13 bilhões. A reivindicação brasileira de redução do spread (taxa de risco) — atualmente de 1.125% — para zero, terá como principal argumento as mesmas conquistas obtidas pelo México, que possui condições econômicas piores que as do

Brasil, mas para uma taxa de 0.85%.

Sem pretender provocar um confronto com os banqueiros internacionais, as autoridades brasileiras encarregadas da negociação da dívida externa argumentarão que o país manteve seus compromissos em dia ao contrário do México, e isso deve ser levado em consideração. A estratégia nesta fase seguirá o mesmo caminho percorrido durante as negociações com o Clube de Paris no final do ano passado, quando foi negociada a dívida de governo a governo.

A primeira providência foi o anúncio da suspensão temporária do pagamento dos juros para preservar o nível das reservas cambiais brasileiras, que no período de um ano caíram de pouco mais de US\$ 7 bilhões para cerca de US\$ 3,9 bilhões. Após preservar este instrumento de negociação, o ministro Dilsen Funaro, durante o seu provável encontro com os banqueiros, deverá apresentar uma proposta de política econômica, que destaca a necessidade de manutenção do crescimento do Brasil, mas não nos mesmos níveis alcançados em 1986, os quais provocaram sérios desajustes no balanço de pagamentos.



Nélido Rodrigues

O governador eleito da Bahia diz que Brasil ganhará tempo

## “Tática para ganhar tempo e renegociar”

Salvador — O governador eleito da Bahia, Waldir Pires, afirmou que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por um período de 90 dias é, na verdade, uma tática do governo brasileiro para ganhar tempo e negociar. “Estes 90 dias vão servir para que o governo converse com os credores. O importante é fazê-los entender que o Brasil não vai sacrificar sua economia e seu povo para pagar a dívida”, disse.

Waldir Pires acusou os países ricos de espoliar os países pobres lembrando, como exemplo, que em 1986 houve uma queda das taxas de juros no mercado internacional, mas logo os países ricos trataram de esgotar a capacidade dos pobres promovendo a baixa dos preços dos

seus produtos no mercado internacional. Segundo o governador, por esse motivo os países pobres já tiveram um prejuízo da ordem de US\$ 50 bilhões no intercâmbio comercial.

O deputado federal Fernando Santana (PCB-BA) aplaudiu a medida adotada pelo governo brasileiro (de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa) e ressaltou que o prazo é que é pequeno. Na opinião de Santana o prazo de suspensão deveria ser de 20 a 30 anos. Com o dinheiro economizado nesse período o governo poderia fazer investimentos no parque industrial, promover a reforma agrária e equilibrar a economia do país.

## País frustrou os credores

O Brasil pulou uma armadilha cuidadosamente preparada pelos banqueiros internacionais. E assim, que se vê, no Palácio do Planalto, a declaração de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa de longo prazo do país. A estratégia dos banqueiros privados no exterior, segundo considerações de assessores do presidente Sarney, era a de levar o Brasil a exaurir todas as suas reservas internacionais, a fim de que comparecesse à mesa de negociações sem qualquer poder de barganha, a exemplo do que aconteceu em 1982.

Só que desta vez a tática não funcionou e o governo agiu mais rápido — dizem os assessores do presidente. Para eles, a moratória foi uma decisão pensada do governo. Tão logo o país começou a perder os primeiros dólares nos níveis de suas reservas externas, através de um comportamento mediocre da balança comercial, o

presidente José Sarney, numa reunião com os ministros Dilsen Funaro, João Sayad, e os generais Ivan de Souza Mendes (SNI) e Bayma Denny, do Gabinete Militar, determinaram como limite crítico das reservas, US\$ 4 bilhões. Ficou, então, acertado que, ao se atingir este limite, o governo, imediatamente, declararia uma moratória unilateral da dívida externa.

Saldo comercial  
Contra esta situação havia apenas duas possibilidades: a primeira, a de que o superávit da balança comercial voltasse a se recuperar, atingindo novamente o auspicioso US\$ 1,2 bilhão ao mês. A segunda, a de que o país conseguisse obter dinheiro novo no mercado internacional.

O tempo foi passando e, apesar dos esforços, o país não conseguiu obter nenhuma das duas condições. O saldo comercial caía mais e mais, até chegar nos US\$ 1,2 milhão em janeiro.

O principal negociador da dívida externa da Argentina, o secretário de Fazenda, Mário Brodersohn, virá a Brasília na próxima terça-feira para um encontro com o ministro Funaro. Ele anunciou que vem conversar sobre “a estratégia de negociação da dívida argentina”.

Interrogado pelo jornal “La Nación” sobre uma possível estratégia comum dos dois países para enfrentar os credores, o secretário revelou, cauteloso: “Evidentemente, o Brasil vai tomar as decisões que sejam compatíveis com as necessidades de sua própria economia, e a Argentina fará o mesmo”. Novamente, ele advertiu que se os bancos credores não aprovarem os 2,15 bilhões de dólares em créditos solicitados pelo seu país — para garantir o crescimento interno de sua economia a uma taxa de 4% — a Argentina não poderá pagar os juros de sua dívida. Ou seja, tal

## México: cláusula é válida

México — O secretário de Fazenda do México, Gustavo Petricoli, disse que a determinação do Brasil de não pagar temporariamente os juros de sua dívida externa é válida dentro dos atuais acordos financeiros.

Depois que o presidente do Brasil, José Sarney, declarou uma suspensão por tempo indeterminado dos pagamentos de juros da dívida exterior do país, de 103 bilhões de dólares, Petricoli disse que o México foi forçado a adotar uma decisão semelhante em 1982, quando quase ficou sem reservas de divisas.

“Esta é uma cláusula perfeitamente válida, negociada, aceita nos convênios financeiros de reestruturação”, disse ontem à noite Petricoli numa reunião de corretores de valores. O texto do discurso foi distribuído posteriormente.

## Banqueiros se preocupam

Nova Iorque — As sérias dificuldades do Brasil para pagar os juros de sua dívida externa intranquilizaram os banqueiros e reavivaram a preocupação sobre o endividamento do Terceiro Mundo.

O Brasil, com a maior dívida externa dos países em desenvolvimento, atingindo a 103 bilhões de dólares, é um padrão acerca do progresso dos esforços por enfrentar o problema da dívida. A situação melhorou nos últimos anos, porém se considera que a solução está ainda distante. O Banco Mundial informou sexta-feira que calculava que este ano aumentaria ligeiramente a dívida dos países em desenvolvimento a um trilhão e 80 bilhões de dólares.

O Brasil, que há quatro anos deixou de reembolsar o capital de sua dívida e

qual o Brasil, ele sinalizou que será dada prioridade ao crescimento econômico, em detrimento dos pagamentos de vencimentos da dívida externa.

— Se nos propõem disparates, lhes responderemos com disparates — disparou, energicamente, Mário Brodersohn.

Dos demais países da América Latina chegaram notícias de boas repercussões à atitude brasileira de suspensão do pagamento da dívida. Tanto é que o chanceler uruguaio, Enrique Iglesias (secretário “pro tempore” do Consenso de Cartagena) revelou que “este foro está às ordens do Brasil” para deliberar sobre a situação surgida. Adiantou que o Brasil não solicitou uma reunião do Consenso, mas ressaltou que “a solidariedade da América Latina não faltará”. Adiantou que sanções, neste caso, seriam “um erro descomunal, tanto político quanto econômico”. E não acredita na hipótese.

te pela secretaria de Fazenda.

Petricoli disse entender que o Brasil poderia adotar a decisão de adiar por 90 dias seus pagamentos de juros ao exterior, a maior do mundo em desenvolvimento.

“Estamos absolutamente seguros de que o Brasil encontrará, o México, a cooperação internacional e de que o mundo se dará conta do grande risco que se corre em todo o sistema financeiro internacional pela falta de cooperação e de co-responsabilidade na solução destes problemas”, disse Petricoli.

O México tem uma dívida externa de uns 100 bilhões de dólares, a segunda do Terceiro Mundo, e está tentando dar os retoques finais a um pacote de recuperação de uns 14 bilhões de dólares que negociou no último trimestre do ano passado.

somente pagava juros, se encontra em uma situação econômica de difícil saída. Seu superávit comercial começou a diminuir em fins do ano passado, como resultado do programa governamental anti-inflacionário.

No mês passado, o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, afirmou que seu país não podia pagar os juros da dívida externa, que se elevam a 12 bilhões de dólares anuais. Grandes bancos norte-americanos, como o Citybank e o Chase Manhattan, são credores de cerca da quarta parte da dívida brasileira.

O presidente José Sarney anunciou sexta-feira à noite que seria suspenso por tempo indefinido o pagamento dos juros da dívida. Disse que a decisão foi tomada por “razões de soberania e segurança nacional”.